

Trabalho produtivo e Trabalho improdutivo

MARX, Karl. *O Capital, livro 1, capítulo VI (inédito)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978, p. 70-80.

Queremos antecipar este assunto, brevemente, antes de prosseguir na análise da *figura modificada do capital*, tal como resulta do modo de produção capitalista.

Como o fim imediato e *produto por excelência* da produção capitalista é a *mais-valia*, temos que só é *produtivo* aquele trabalho – e só é *trabalhador produtivo* aquele que emprega a força de trabalho – que diretamente *produza mais-valia*; portanto, só o trabalho que *seja consumido* diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital.

Do simples ponto de vista do *processo de trabalho* em geral, apresentava-se nos como *produtivo*, o trabalho que se realiza em um *produto*, mais concretamente, em *mercadoria*. Do ponto de vista do processo capitalista de produção, acrescenta-se a determinação mais precisa: de que é produtivo o trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, que se *realiza* – sem equivalente para o operário, para seu executante – em mais-valia, representada por um sobreproduto, ou seja, um *incremento excedente de mercadoria* para o monopolizador dos meios de trabalho, para o capitalista. Só é produtivo o trabalho que põe o capital variável, e, portanto, o capital total, como $C + ?C = A?$. Trata-se, pois, de trabalho que serve diretamente ao capital como instrumento de sua *autovalorização*, como meio para a produção de mais-valia.

O processo de trabalho capitalista não anula as determinações gerais do processo de trabalho. Produz produtos e mercadorias. O trabalho continua sendo produtivo na medida em que se objetiva em *mercadorias* como unidade de valor de uso e de valor de troca. Mas o processo de trabalho é apenas um meio para o processo de valorização do capital. É produtivo, pois, o trabalho que se representa em *mercadorias*; mas se consideramos a mercadoria individual, o é aquele que, em uma parte alíquota desta, representa *trabalho não pago*; ou se levarmos em conta o produto total, é produtivo o trabalho que, em uma parte alíquota do *volume total de mercadorias*, representa simplesmente trabalho não pago, ou seja, *produto* que nada custa ao capitalista.

É *produtivo* o trabalhador que executa *trabalho produtivo*, e é *produtivo* o *trabalho* que gera diretamente *mais-valia*, isto é, que *valoriza* o capital.

Somente a estreiteza mental burguesa, que toma a forma capitalista de produção pela forma absoluta, e, em consequência, pela única forma natural de produção, pode confundir a questão do que seja *trabalho produtivo* e *trabalhador produtivo* do ponto de vista do capital com a questão do que seja *trabalho produtivo* em geral., contentando-se assim com a resposta tautológica de que é produtivo todo trabalho que produz, todo o que redunde em um produto ou em algum valor de uso qualquer; resumindo: em um resultado.

Só é produtivo o operário cujo processo de trabalho = ao *processo de consumo produtivo* da capacidade de trabalho – do depositário desse trabalho – por parte do capital ou do capitalista. Depreendem-se disso imediatamente duas conclusões:

- **Primeiro:** como com o desenvolvimento da *subsunção real do trabalho ao capital* ou do *modo de produção especificamente capitalista*, não é o operário individual, mas uma crescente *capacidade de trabalho socialmente combinada* que se converte no *agente real* do processo de trabalho total, e como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato da formação de mercadorias, ou melhor, de produtos – este trabalha mais com as mãos, aquele trabalha mais com a cabeça, um como gerente, engenheiro, técnico etc., outro como capataz, um outro como operário manual direto, ou inclusive como simples ajudante -, temos que mais e mais *funções da capacidade de trabalho* se incluem no conceito imediato de *trabalho produtivo*, e seus agentes no conceito de *trabalhadores produtivos*, diretamente explorados pelo capital e *subordinados* em geral a seu processo de valorização e de produção. Se se considera o *trabalhador coletivo*, de que a oficina consiste, sua *atividade combinada* se realiza materialmente e de maneira direta num *produto total* que, ao mesmo tempo, é um *volume total de mercadorias*; é absolutamente indiferente que a função de tal ou qual trabalhador – simples elo desse trabalhador coletivo – esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto. Mas, então, a atividade dessa capacidade de trabalho coletiva é seu *consumo produtivo direto pelo capital*, vale dizer, o processo de autovalorização do capital, a produção direta de mais-valia, e daí, como analisar-se-á adiante, a *transformação direta da mesma em capital*.
- **Segundo:** as determinações ulteriores do trabalho produtivo derivam dos traços que caracterizam o processo capitalista de produção. Em primeiro

lugar, o possuidor da força de trabalho se defronta com o capital ou com o capitalista como *vendedor* daquela – para exprimir, como vimos, irracionalmente – como vendedor direto de *trabalho vivo, não de uma mercadoria*. É *trabalhador assalariado*. Essa é a *primeira premissa*. Em segundo lugar, entretanto, após esse processo preliminar, correspondente à circulação, sua força de trabalho e seu trabalho incorporam-se diretamente como *fatores vivos* no processo de produção do capital; convertem-se em um de seus componentes, e, precisamente, no componente *variável* que não só em parte conserva e em parte reproduz os valores de capital adiantados, mas que ao mesmo tempo aumenta-os, e, em consequência, graças tão somente à criação de mais valia, transforma-os em valores que se valorizam a si mesmos, em capital. Esse trabalho se *objetiva* diretamente, no curso do processo de produção, como *grandeza de valor fluido*.

Pode ocorrer que *esteja presente a primeira condição sem que esteja a segunda*. Um trabalhador pode ser trabalhador assalariado, jornaleiro etc. Isso ocorre toda vez que falta o segundo momento. Todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo assalariado é trabalhador produtivo. Quando se compra o trabalho para consumi-lo como *valor de uso*, como *serviço* – e não para colocá-lo como *fator vivo* em lugar do valor do capital variável e incorporá-lo ao processo capitalista de produção -, o trabalho não é trabalho produtivo e o trabalhador assalariado não é trabalhador produtivo. Seu trabalho é consumido por causa de seu *valor de uso*, não como trabalho que *gera valores de troca*; consome-se-o improdutivo, não produtivamente. O capitalista, pois, não se defronta com o trabalho como capitalista, como representante do capital; troca seu dinheiro por esse trabalho na condição de *renda*, não como capital. O consumo desse trabalho não equivale a D-M-D', mas a M-D-M (o último é o *trabalho* ou o próprio *serviço*). O dinheiro funciona aqui unicamente como meio de circulação, não como capital. Assim como as *mercadorias* que o capitalista compra para consumo privado não são consumidas produtivamente, não se transformam em *fatores do capital*, tampouco isso ocorre com os *serviços* que compra para seu consumo por vontade própria ou forçado (ao Estado etc.), por causa de seu *valor de uso*. Eles não se convertem em fator do capital. Por conseguinte, não são trabalhos produtivos e seus executantes não são *trabalhadores produtivos*.

Quanto mais se desenvolve a produção em geral como produção de mercadorias, tanto mais cada qual quer e deve converter-se em *vendedor de mercadorias*, fazer dinheiro, seja com seu produto, seja com seus serviços ? quando o produto, devido a sua natureza, só existe sob a forma de *serviços* ? e esse *fazer*

dinheiro aparece como objetivo último de todo gênero de atividade.¹ Na produção capitalista, por um lado, a produção dos produtos como mercadorias e, por outro, a forma de trabalho como trabalho assalariado se absolutizam. Uma série de funções e atividades envoltas outrora por uma auréola e consideradas como fins em si mesmas, que se exerciam gratuitamente ou se pagavam indiretamente (como os profissionais, médicos, advogados etc., na Inglaterra, que não podiam ou não podem se queixar para obter o pagamento de seus honorários), por um lado, se transformam diretamente em *trabalhos assalariados*, por diferente que possa ser seu conteúdo e pagamento²; por outro, caem ? sua avaliação, o *preço* dessas diversas atividades, desde a prostituta até o rei ? *sob as leis que regulam o preço do trabalho assalariado*. Não cabe aqui examinar esse último ponto, mas sim numa análise especial sobre o trabalho assalariado e sobre o salário. Assim sendo, esse fenômeno, o de que com o desenvolvimento da produção capitalista todos os *serviços* se transformam em *trabalho assalariado* e todos seus executantes em *assalariados*, tendo, pois, essa *característica* em comum com o trabalhador produtivo, leva tanto mais à confusão entre uns e outros porquanto é fenômeno característico da *produção capitalista* e por ela gerado. Ademais, dá aos apologistas ocasião para converter o trabalhador produtivo, pelo fato de ser assalariado, em trabalhador que simplesmente troca seus *serviços* (isto é, o trabalho enquanto valor de uso) por *dinheiro*. Dessa forma, passam felizes por alto sobre a diferença específica desse “trabalhador produtivo” e a produção capitalista como produção de mais-valia, como processo de autovalorização do capital, cujo único instrumento a ele incorporado é o trabalho vivo. Um soldado é trabalhador assalariado, recebe soldo, mas nem por isso é trabalhador produtivo.

Um erro adicional surge de duas fontes:

- Primeiro: Na produção capitalista, certas partes dos trabalhos que produzem mercadorias executam-se de maneira própria aos *modos de produção precedentes*, nos quais a *relação entre o capital e o trabalho assalariado* ainda não existe de fato, pelo que de nenhuma maneira são aplicáveis as categorias de trabalho *produtivo* e trabalho improdutivo, características do ponto de vista capitalista. Em correspondência com o modo de produção dominante, entretanto, as relações que ainda não se subsumiram realmente àquele, se lhe subsumem idealmente. O trabalhador autônomo, como exemplo, é seu próprio assalariado; seus próprios meios de produção se lhe representam como capital. Na condição de capitalista de si mesmo, auto-emprega-se como assalariado. Semelhantes anomalias oferecem campo propício às levandades sobre o trabalho produtivo e improdutivo.

- Segundo: certos *trabalhos improdutivos* podem estar vinculados incidentalmente com o processo de produção; é possível, inclusive, que seu preço entre no *preço da mercadoria*, ou seja, que o dinheiro gasto neles até certo ponto forme *uma parte do capital adiantado* e, por conseguinte, que o trabalho apareça como trabalho que não se troque por *renda*, mas diretamente por capital.
- Passemos ao último caso, o dos *impostos*, do preço por serviços estatais, etc. Mas, isso está contido nos falsos custos de produção, é uma forma em si mesma *acidental* do processo de produção, de nenhum modo *condicionada* por ele e que lhe seja necessária e imanente, Se – exemplifiquemos – todos os impostos *indiretos* se transformassem em *diretos*, nem por isso se deixaria de pagá-los, mas já não constituiriam adiantamento de capital e sim um *dispêndio de renda*. A possibilidade dessa transmutação formal mostra sua exterioridade, indiferença e acidentalidade em relação ao processo capitalista de produção. Pelo contrário, se mudasse a forma do trabalho produtivo, cessariam de existir a renda do capital e o próprio capital.
- Além disso, por exemplo, os documentos materiais, as escrituras públicas, etc. Tudo isso se relaciona com as estipulações entre os possuidores de mercadorias como compradores e vendedores e nada tem a ver com a relação entre o capital e o trabalho. Dessa maneira, os funcionários podem converter-se em assalariados do capital, mas nem por isso se transformam em trabalhadores produtivos.

Trabalho produtivo não é senão expressão sucinta que designa a relação integral e o modo pelo qual se apresentam a força de trabalho e o trabalho no processo capitalista de produção. Por conseguinte, se falamos de *trabalho produtivo*, falamos, pois, de *trabalho socialmente determinado*, de trabalho que implica relação nitidamente determinada entre o comprador e o vendedor de trabalho. O trabalho produtivo troca-se diretamente por *dinheiro enquanto capital*, isto é, por dinheiro que em si é capital, que está destinado a funcionar como capital. E que, como capital, se contrapõe à força de trabalho. Em consequência, trabalho produtivo é aquele que, para o operário, reproduz somente o valor previamente determinado de sua força de trabalho, ao passo que, em sua condição de atividade geradora de valor, valoriza o capital; e *opõe* ao operário os valores criados por essa atividade na condição de *capital*. A relação específica entre o *trabalho objetivado* e o *trabalho vivo* transforma o primeiro em *capital* e o segundo em *trabalho produtivo*.

O produto específico do processo capitalista de produção – a mais-valia – é gerado somente pela troca com o *trabalho produtivo*.

O que constitui valor de uso específico [do trabalho produtivo] para o capital não é seu caráter útil determinado, como tampouco as qualidades úteis peculiares ao produto no qual se objetiva, mas seu caráter de elemento criador de valor de troca (mais-valia).

O processo capitalista de produção não é simplesmente produção de mercadorias. É processo que absorve trabalho não pago, que transforma os meios de produção em meios de sucção de trabalho não-pago.

Do que precede resulta que *trabalho produtivo* é uma determinação daquele trabalho que em si mesmo nada tem a ver com o *conteúdo determinado* do trabalho, com sua utilidade particular ou valor de uso peculiar no qual se manifesta.

Um *trabalho de idêntico conteúdo* pode ser, portanto, produtivo e improdutivo. Milton – sirva-nos de exemplo – que escreveu o *Paraíso Perdido* (*who did the paradise lost*), era um trabalhador improdutivo. Pelo contrário, o escritor que proporciona trabalho como o de fábrica a seu livreiro, é trabalhador produtivo. Milton produziu o *Paradise Lost* tal como um bicho-da-seda produz a seda, como manifestação de sua natureza. A seguir, vendeu o produto por cinco libras e desse modo converteu-se em negociante. O literato proletário de Leipzig que produz livros – por exemplo, compêndios de economia política – por encargo do livreiro, está próximo a ser trabalhador produtivo, por quanto sua produção está subsumida ao capital e não se leva a termo senão para valorizá-lo. Uma cantora que entoa como um pássaro é um trabalhador improdutivo. Na medida em que vende seu canto, é assalariada ou comerciante. Mas, a mesma cantora, contratada por um empresário, que a faz cantar para ganhar dinheiro, é um trabalhador produtivo já que produz diretamente capital. Um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento, é trabalhador produtivo. Ainda assim, a maior parte desses trabalhos, do ponto de vista da forma, mal se subsumem formalmente ao capital: pertencem às formas de transição.

Em suma: os trabalhos que só se desfrutam como serviços não se transformam em produtos separáveis dos trabalhadores – e, portanto, existentes independentemente deles como mercadorias autônomas – ainda que se os possa explorar de maneira diretamente capitalista, constituem magnitudes insignificantes se comparados com o volume da produção capitalista. Por isso, se deve fazer caso omissos desses trabalhos e tratá-los, somente a propósito do trabalho assalariado, sob a categoria de trabalho assalariado que não é ao mesmo tempo trabalho produtivo.

O mesmo trabalho, por exemplo, jardinagem, alfaiataria, etc., pode ser realizado pelo mesmo trabalhador a serviço de um capitalista industrial ou de um consumidor direto. Em ambos os casos, estamos ante um assalariado ou diarista, mas, num caso, trata-se de trabalhador *produtivo* e, noutro, de *improdutivo*, porque no primeiro caso esse trabalhador produz capital e no outro não; porque num caso seu trabalho constitui um momento do processo de autovalorização do capital e no outro não.

Grande parte do produto anual que é consumido como renda e não ingressa renovadamente no processo produtivo na qualidade de meios de produção é composto dos produtos (valor de uso) mais nefastos, que satisfazem as paixões, caprichos, etc., mas deploráveis. Esse conteúdo é de todo indiferente para a determinação do trabalho produtivo (ainda que, naturalmente, o desenvolvimento da riqueza encontraria um freio se uma parte desproporcionada se reproduzisse dessa maneira em lugar de converter-se novamente em meios de produção e de subsistência que voltam a entrar na reprodução ora de mercadorias, ora da própria força de trabalho; em poucas palavras, em lugar de consumir-se produtivamente). Esse gênero de trabalho produtivo produz valores de uso, objetiva-se em produtos destinados somente ao consumo improdutivo e que, em realidade, como artigos, não têm nenhum *valor de uso* para o processo de reprodução (podem tê-lo unicamente por troca de substâncias, pelo intercâmbio com valores de uso reprodutivos). Mas isso é só um deslocamento. Em alguma parte têm que ser consumidos de maneira não reprodutiva. Outros artigos do mesmo gênero que entram no processo improdutivo de consumo poderiam, caso necessário, funcionar de novo como capital. Disso ocupar-nos-emos em detalhe no capítulo III, livro II, a propósito do processo de reprodução. Aqui cabe apenas antecipar esta observação: à economia vulgar é impossível dizer uma só palavra sensata, do ponto de vista da produção capitalista, sobre os entraves à produção de luxo. A questão é muito simples, sempre que se analisem na devida forma os momentos do processo de reprodução. Do ponto de vista da produção capitalista, o luxo é condenável se o processo de reprodução se vê dificultado ou quando seu progresso – visto que se encontra condicionado pelo progresso natural da população – tropeça com o uso desproporcionado desse *trabalho produtivo* que se apresenta em artigos não reprodutivos, com o que se reproduzem muito poucos meios de subsistência necessários ou meios de reprodução etc. Além disso, o luxo constitui absoluta necessidade em um modo de produção que cria riqueza para os não produtores e que, portanto, deve dar-lhe formas necessárias para que seja apropriado pela riqueza dedicada somente ao desfrute. Para o próprio operário, o trabalho produtivo, como qualquer outro, não é mais do que um meio para a

reprodução de seus meios necessários de subsistência. Para o capitalista, a quem a natureza do valor de uso e o caráter do trabalho concreto utilizado é totalmente indiferente em si mesmo, o trabalho produtivo é puramente meio de obter dinheiro, de produzir mais-valia.

A mania de definir o trabalho *produtivo* e o *improdutivo* por seu conteúdo *material* origina-se de três fontes:

- 1) A concepção fetichista, peculiar ao modo de produção capitalista e derivada de sua essência, que considera as determinações formais econômicas, tais como ser *mercadoria*, ser trabalho *produtivo*, etc., como qualidade inerente em si mesma aos depositários materiais dessas determinações formais ou categoriais.
- 2) Que, se se considera o processo de trabalho como tal, só é *produtivo* o trabalho que resulta em um *produto* (produto material, já que aqui se trata unicamente de riqueza material).
- 3) Que no processo real de reprodução – considerando-se seus momentos reais – relativamente à formação, etc., de riqueza, existe grande diferença entre o trabalho que se manifesta em artigos reprodutivos e o que o fez em simples artigos suntuários. Exemplo: quer que eu compre uma calça ou compre tecido, ponha a trabalhar em minha casa um oficial alfaiate e lhe pague seu *serviço* (*id est*, trabalho de alfaiataria), isto me é totalmente indiferente. Se compro ao comerciante, na alfaiataria, é porque assim sai mais barato. Em ambos os casos, transformo o dinheiro que gasto em valor de uso, destinado ao meu consumo individual e que deve satisfazer me necessidade individual, não em capital. O oficial alfaiate presta-me o mesmo *serviço* quer trabalhe para mim na *alfaiataria* ou em minha casa. Mas, ao contrário, o *serviço* que o mesmo oficial alfaiate empregado por um *alfaiate-comerciante* presta a este capitalista consiste em que trabalha 12 horas e só percebe o pagamento de 6. O *serviço* que lhe presta, pois, consiste em trabalhar 6 horas de graça. O fato disso ocorrer sob a forma de confecção de calças não faz mais do que ocultar a transação real. Por isso, o *alfaiate-comerciante*, logo que possa, procura transformar, novamente, as calças em dinheiro, ou seja, em uma forma da qual desapareceu por completo o caráter determinado de trabalho de alfaiataria e na qual o *serviço* prestado se exprime no fato de que um tãler [antiga moeda alemã de prata] se transformou em dois.

Serviço não é, em geral, senão uma expressão para o *valor de uso particular* do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa, mas como atividade. Dou para que façás; faço para que façás; faço para que dêś; dou para que dêś (*Do ut facias, facio ut facias, facio ut des, do ut des*); são formas equivalentes da mesma relação, ao passo que, na produção capitalista, *do ut facias* exprime uma relação extremamente específica entre a riqueza objetiva e o trabalho

vivo. Precisamente porque nessa *compra de serviços* não se encontra nunca a relação específica entre o trabalho e o capital – ou se acha inteiramente apagada ou é de todo inexistente – é natural que seja a forma predileta de Say, Bastiat e consortes para exprimir a *relação entre o capital e o trabalho*.

O operário também compra *serviços* com dinheiro, o que constitui uma maneira de gastar dinheiro, mas não de transformá-lo em capital. Nenhum homem compra “prestações de serviços” médicos ou legais como meio de transformar em capital o dinheiro assim desembolsado. Grande parte dos *serviços* entra nos custos de consumo das mercadorias, como cozinheira, etc.

A diferença entre o *trabalho produtivo* e o *improdutivo* consiste tão somente no fato de o trabalhador trocar-se por *dinheiro como dinheiro* ou por *dinheiro como capital*. Por exemplo, no caso do trabalhador independente, do artesão etc., de quem compro a *mercadoria*, a categoria está inteiramente fora de questão, porque não se dá troca direta entre dinheiro e trabalho de qualquer espécie, mas entre *dinheiro e mercadoria*.

No caso de produção não material, ainda que esta se efetue exclusivamente para troca e produza mercadorias, existem duas possibilidades:

- 1) O resultado são mercadorias que existem isoladamente em relação ao produtor, ou seja, que podem circular como mercadorias no intervalo entre a produção e o consumo; por exemplo: livros, quadros, todos os produtos artísticos que se diferenciam da atividade artística do artista executante. A produção capitalista só se aplica aqui em forma muito limitada. Essas pessoas, sempre que não contratem oficiais etc., na qualidade de escultores etc., comumente (salvo se forem autônomos) trabalham para um capital comercial como, por exemplo, livreiros, uma relação que constitui apenas uma forma de transição para o *modo de produção* apenas *formalmente capitalista*. Que, nessas formas de transição, a exploração do trabalho alcance um grau superlativo, não altera a essência do problema.
- 2) O produto não é separável do ato de produção. Aqui também o modo capitalista de produção só tem lugar de maneira limitada e, pela própria natureza da coisa, não se dá senão em algumas esferas. (Necessito do *médico*, não de seu moleque de recados.) Nas instituições de ensino, por exemplo, os docentes podem ser meros assalariados para o empresário da fábrica de conhecimentos. Não se deve considerar o mesmo para o conjunto da produção capitalista.

“*Productive labourer*, o que *directly* aumenta *his master’s wealth*“. (Trabalhador produtivo é o que aumenta diretamente a riqueza de seu patrão.) (Malthus, *Principles of Political Economy*. 2ª ed., London, 1836).

A diferença entre *trabalho produtivo* e *trabalho improdutivo* é importante com respeito à acumulação, já que só a troca por trabalho produtivo constitui uma das condições da reconversão da mais-valia em capital.

O capitalista, como representante do *capital* que entra no processo de valorização do *capital produtivo*, desempenha uma função *produtiva* que consiste, precisamente, em dirigir e explorar o trabalho produtivo. Contrariamente aos co-usufrutuários da *mais-valia* que não se encontram em tal relação direta e ativa com sua produção, a classe do capitalista é a *classe produtiva* por excelência. (Como condutor do processo de trabalho, o capitalista pode executar trabalho produtivo no sentido de que seu trabalho se integra no processo de trabalho coletivo objetivado no produto.) Até aqui não conhecemos senão o capital no processo imediato de produção. Somente mais adiante poder-se-á desenvolver como se comportam as outras funções do capital e os agentes de que ele se serve no desenrolar dessas funções.

A determinação do *trabalho produtivo* (e, por conseguinte, também a do *improdutivo*, como seu contrário) funda-se, pois, no fato de que a produção do capital é produção de mais-valia e em que o trabalho empregado por aquela é trabalho produtor de mais-valia.

Notas:

¹ Veja-se Aristóteles.

² Manifest der Kommunistischen Partei.